

Boletim do Mercado de Trabalho Mineiro



OBSERVATÓRIO
DO TRABALHO DE MINAS GERAIS

DESENVOLVIMENTO
SOCIAL



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



Situação do negro no mercado de trabalho mineiro

O Boletim que ora se apresenta foi elaborado no âmbito do Observatório do Trabalho de Minas Gerais e conta com a participação dos técnicos da Fundação João Pinheiro (FJP) e da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese) de Minas Gerais. Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, esta edição especial apresenta a evolução do mercado de trabalho mineiro a partir de 2012, destacando a manutenção e o aprofundamento das condições de vulnerabilidade de inserção dos negros (pretos e pardos) no mundo do trabalho.

Síntese dos resultados

- Houve piora dos indicadores gerais do mercado de trabalho mineiro na década de 2010 e ampliação da desigualdade racial, principalmente a partir da crise econômica de 2015;
- A pandemia do novo coronavírus aprofundou as vulnerabilidades de inserção dos negros no mercado de trabalho do estado;
- A taxa de desocupação dos negros, no 2º trimestre de 2021, chegou a 14,2%, enquanto para os brancos atingiu 10,5%;
- O contingente de negros na força de trabalho potencial quase dobrou entre os segundos trimestres de 2020 e 2021;
- A taxa de informalidade entre os negros foi de 43,2% e dos brancos, de 39,8% no segundo trimestre de 2021;

Mercado de Trabalho de Minas Gerais

O mercado de trabalho mineiro reflete, de forma contundente, as desigualdades presentes na dinâmica social do estado. Em momentos de crise, essas desigualdades tornam-se latentes, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, e se não enfrentadas por ações governamentais focalizadas, tendem a se ampliar e se intensificar no futuro.

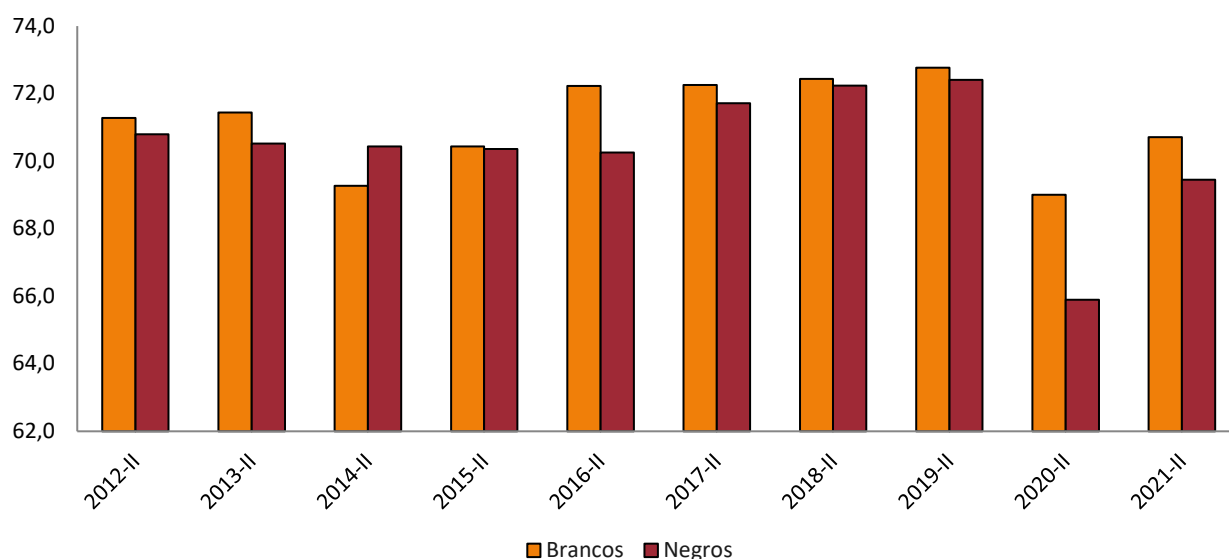
Em Minas Gerais, entre 2012 e 2021, as desigualdades raciais de inserção no mercado de trabalho aumentaram com a retração econômica de 2014-2016 e não retrocederam no período posterior. As medidas de contenção da pandemia de Covid-19, em período mais recente, acabaram por aprofundar as vulnerabilidades de inserção dos negros no mercado de trabalho.

A taxa de participação, que indica a proporção da PIA (População em Idade Ativa) incorporada ao mercado de trabalho (População Economicamente Ativa) como ocupado ou desocupado, mostra a saída mais intensa dos negros do mercado de trabalho no 2º trimestre de 2020.

Comparando o segundo trimestre de 2020 com o mesmo período do ano anterior, verifica-se que houve declínio de 3,2% do contingente de trabalhadores de cor ou raça branca na PEA, contra -10,6% dos negros. Isso significou 135,6 mil brancos e 703,3 mil negros fora do mercado de trabalho naquele período. Em 2021, houve maior dinamismo econômico¹ com geração de postos de trabalho e redução dos auxílios emergenciais, o que implicou em um retorno dos trabalhadores ao mercado de trabalho. No entanto, esse movimento foi maior para os trabalhadores brancos do que para os negros, cuja PEA aumentou, respectivamente, 6,0% e 3,1% na comparação com o mesmo período de 2020, representando a entrada de 244,9 mil brancos no mercado de trabalho e 185,7 mil negros. Com isso, a taxa de participação dos trabalhadores brancos alcançou 70,7% contra 69,4% para os negros (Gráfico 1).

¹ Em relação ao ano de 2020.

Gráfico 1: Taxa de participação, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)

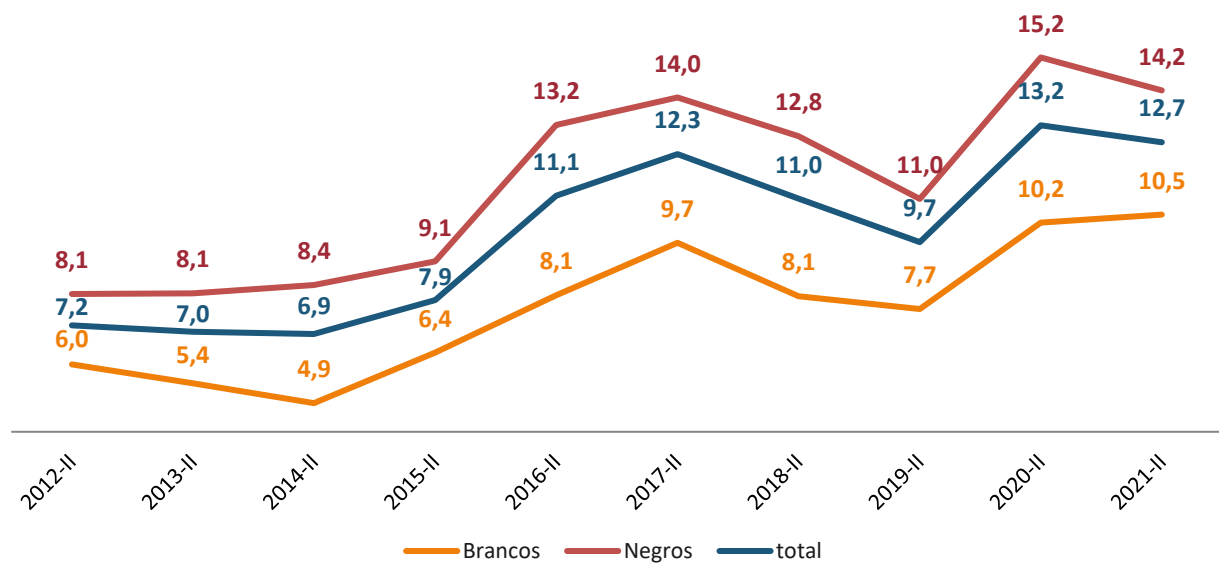


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Para o total da população, o desemprego² passou de 7,2% para 12,7% entre os segundos trimestres de 2012 e o 2º de 2021. Até 2014, este indicador apresentou declínio, especialmente para a população de cor ou raça branca. A retração econômica, iniciada em 2020, teve efeito diferente no comportamento dos trabalhadores em relação às crises anteriores. As medidas de contenção da pandemia acarretaram a saída das pessoas do mercado de trabalho, o que pode ser visto pela redução da taxa de participação, arrefecendo a pressão sobre o mercado de trabalho e o desemprego. No entanto, o nível da taxa de desocupação atingiu seus maiores patamares, desde 2012, especialmente para os negros. Os dados do IBGE - PNAD Contínua - mostram que a taxa de desocupação dos negros, no segundo trimestre de 2021, chegou a 14,2%, enquanto que para os brancos foi de 10,5% (Gráfico 2). Importante destacar que, ao longo dos anos, a diferença entre as taxas de desocupação de brancos e negros aumentou - no segundo trimestre de 2012, a diferença era de 2,1 pontos percentuais (p.p.), chegou a 5,1 p.p. em igual período de 2016 e está em 3,7 p.p. no segundo trimestre de 2021.

² Taxa de desocupação (ou desemprego) é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas.

Gráfico 2: Taxa de desocupação, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)

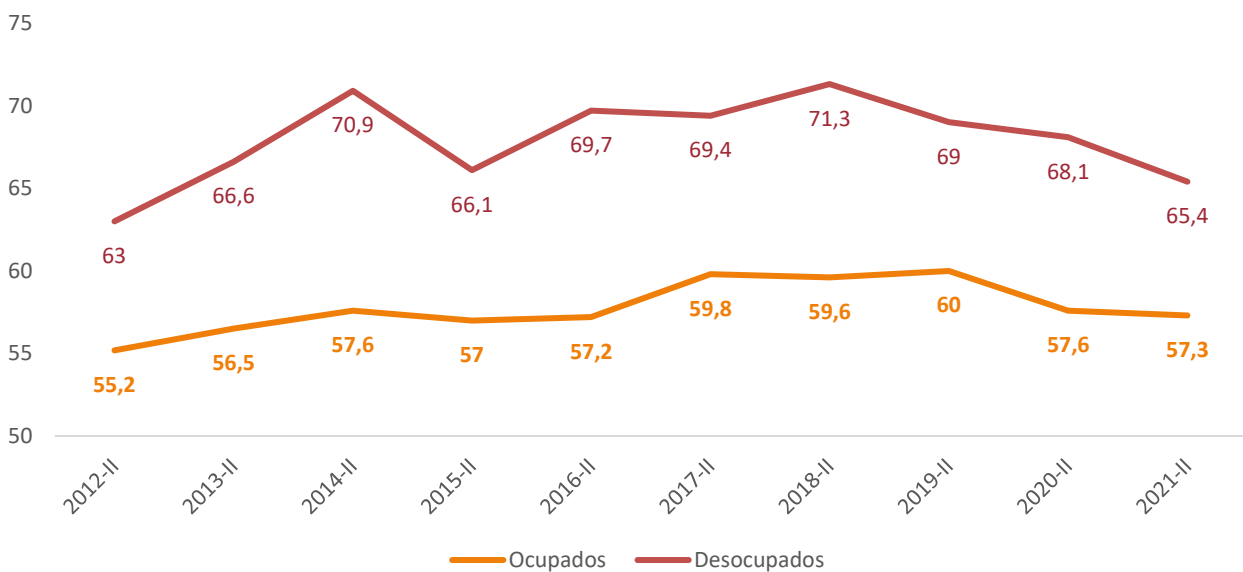


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED e Rais. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

A estimativa do número de desempregados, em Minas Gerais, no segundo trimestre de 2021, foi de 1,3 milhão, 65,4% deles da cor ou raça negra. A condição desfavorável dos negros, no mercado de trabalho, pode ser vista na sua participação na população ocupada e desocupada, onde nota-se que embora sejam maioria na PEA, sua participação dentre os desempregados é sempre superior à observada para os ocupados (Gráfico 3).

Ressalta-se, ainda, que comparando com o mesmo período de 2012, o número de desempregados aumentou 90,4% no caso dos negros e 70,9%, para os brancos.

Gráfico 3: Evolução da proporção de negros na população desocupada e ocupada – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Além do desemprego, a força de trabalho potencial e a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas compõem as medidas do conceito de subutilização da força de trabalho empregada para a construção de uma melhor estimativa da demanda por trabalho. A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas, na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformar em força de trabalho. São pessoas que gostariam de trabalhar, estavam disponíveis, mas não procuraram trabalho, acrescidas daquelas que procuraram trabalho, mas não tinham disponibilidade de trabalhar na semana pesquisada.

Em 2021, havia 853,5 mil subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, dos quais 66,5% eram negros. A menor proporção de negros nessa categoria ocorreu no segundo trimestre 2012 (61,9%) e a maior em 2017 (69,9%). Considerando que os negros representam por volta de 58% da PEA, pode-se dizer que há uma sobre representação deles nessa categoria. A título de ilustração, a proporção de subocupador por insuficiência de horas trabalhadas, no segundo semestre de 2021, atingiu 8,1% da PEA, mas seu peso maior ocorreu entre trabalhadores negros, com 9,1% ante 6,5% dos trabalhadores brancos.

Conforme detalhado na Tabela 1, nota-se no período analisado que: (i) a diferença entre negros e brancos na força de trabalho potencial é sempre desfavorável aos primeiros; (ii) houve mudança de patamar da força de trabalho potencial de Minas Gerais, no segundo trimestre de 2012 (10,7%) e de 2020 (25,7%), caindo no segundo trimestre de 2021 (18,6%); (iii) no 2º trimestre de 2020, auge da restrição de funcionamento de determinados setores econômicos, a força de trabalho potencial atingiu seu maior patamar, para todos os grupos de cor ou raça. No entanto, a força potencial de cor ou raça branca aumentou 79%, no segundo trimestre 2021, contra 94% para a negra (Tabela 1).

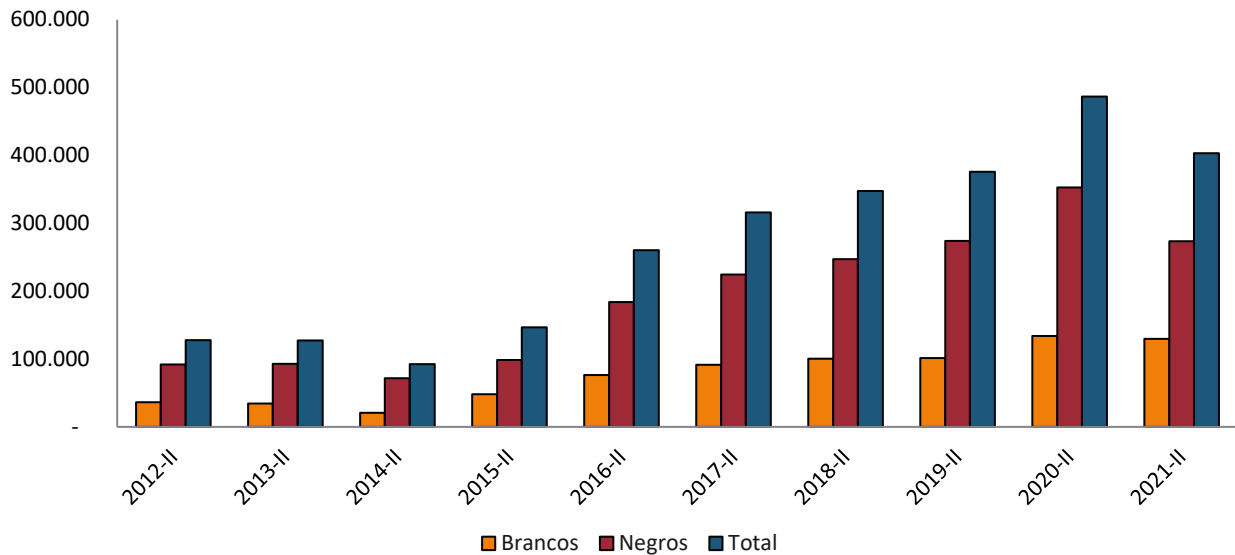
Tabela 1: Força de trabalho potencial e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)

Período de referência	Força de trabalho potencial			Subocupação por insuficiência de horas		
	Branco	Negro	Total	Branco	Negro	Total
2012-II	9	12,1	10,7	5,9	7,7	6,9
2013-II	8,4	10,8	9,8	4,2	6,3	5,4
2014-II	5,3	9,1	7,5	4	5,7	5
2015-II	7,7	11,3	9,8	5,6	7,8	6,9
2016-II	10,5	16	13,8	4,2	6,4	5,5
2017-II	12,5	16,8	15,2	4,7	7	6,1
2018-II	12,7	19,7	17	5,6	8,2	7,2
2019-II	12,9	19,8	17,2	6,7	8,7	7,9
2020-II	22,3	27,7	25,7	4,9	7,1	6,2
2021-II	16	20,3	18,6	6,5	9,2	8,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Na força de trabalho potencial, o principal indicador é o desalento, importante para a identificação do dinamismo do mercado de trabalho, que é composto pelos trabalhadores que desistiram de procurar uma vaga. O Gráfico 4 destaca que os desalentados brancos e negros cresceram, entre 2012 e 2020 (ápice na série considerada) e sofreram ligeira queda em 2021, quando chegaram a 403.176 mil pessoas. Entre os brancos e negros desalentados, em Minas Gerais, no segundo trimestre de 2021, a maioria era de cor ou raça negra e representava 67,8%, a menor proporção desde 2015. Enquanto o contingente de desalentados de raça ou cor branca, nesse mesmo trimestre, foi 3,5 vezes superior ao encontrado no mesmo período de 2012, o número de trabalhadores desalentados negros aumentou três vezes nesse período, totalizando 273,4 mil pessoas.

Gráfico 4: Pessoas desalentadas, por raça ou cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (pessoas)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

A subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, outra medida que compõe a subutilização da força de trabalho, indica o contingente de ocupados que tinham jornada habitual inferior a 40 horas semanais, mas que gostaria de trabalhar por tempo maior e estava disponível para ampliar sua jornada de trabalho, no período de referência. Em 2021, havia 853,5 mil subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, dos quais 66,5% eram negros. A menor proporção de negros nessa categoria ocorreu no segundo trimestre 2012 (61,9%) e a maior em 2017 (69,9%). Considerando que os negros representam por volta de 58% da PEA, pode-se dizer que há sobre representação deles no grupo dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

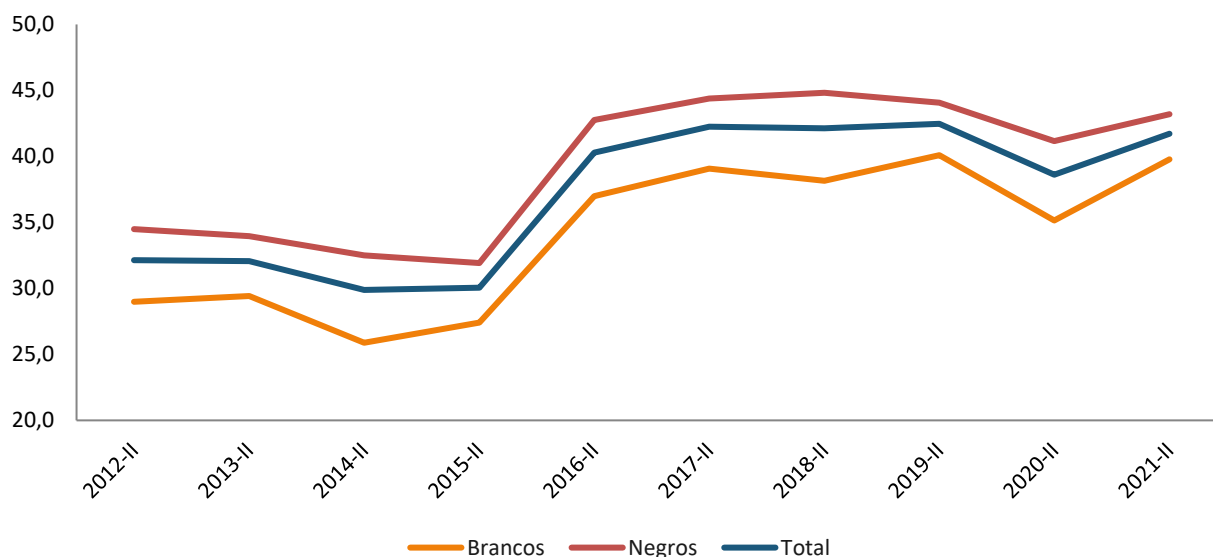
A proporção de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, no segundo trimestre de 2021, atingiu 8,1% da PEA, maior patamar da série histórica, e seu peso maior ocorreu entre os negros, com 9,2% ante 6,5% dos trabalhadores brancos (Tabela 1).

Como consequência natural, a informalidade acaba por atingir mais os negros. Em 2012, a taxa de informalidade entre os negros era de 34,5%, ao passo que entre os brancos de 29,0%, ambas com tendência de queda nos três anos seguintes. A crise econômica vivenciada pelo Brasil entre 2015 e 2016 e a estagnação nos anos posteriores (2016-2019) impactou essas taxas que flutuaram em torno de 10 p.p. acima da média verificada entre 2012 e 2015 para ambos os grupos. A informalidade geral atingiu seu ápice em 2019 (42,5%) - maior valor desde o início da série - e entre os negros alcançou 44,1%.

Conforme destacado anteriormente, a retração econômica iniciada em 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, ocasionou a saída de muitos trabalhadores do mercado laboral, inclusive do setor informal, aliviando a pressão sobre a taxa de informalidade que chegou a 38,6% no segundo trimestre de 2020 - valor inferior ao das taxas registradas a partir de 2016. Contudo, a informalidade permaneceu majoritariamente entre os negros e o diferencial entre os grupos atingiu 6,0 p.p. em 2020 (segunda maior diferença na série).

Em 2021, verifica-se aumento da taxa de informalidade em ambos os grupos, com a população negra registrando taxa de 43,2% (2,2 milhões) e a branca, de 39,8% (1,5 milhões) (Gráfico 5).

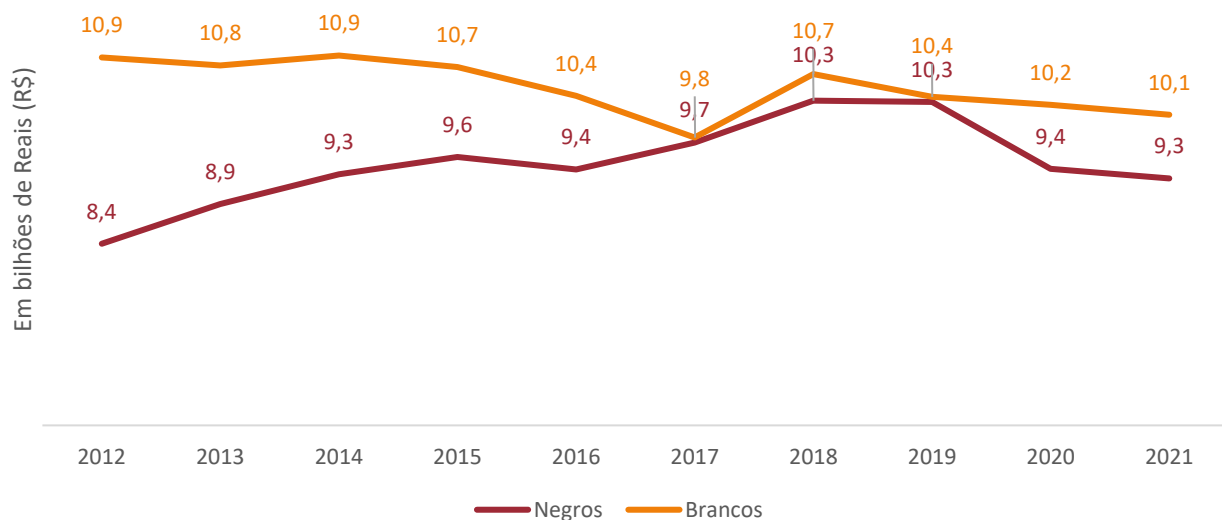
Gráfico 5: Taxa de informalidade, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

O Gráfico 6 mostra a convergência da massa salarial real dos brancos e negros entre 2012 e 2016, resultado do aumento da massa dos negros em torno de 12,0% e diminuição da dos brancos em aproximadamente 5,0%. Observa-se que, a partir de 2016, as massas distanciam-se e chegam, em 2021, com diferença de cerca de 8,6% a mais para os brancos. Destaca-se que a massa salarial é composta por três elementos (número de ocupados; média de horas trabalhadas por ocupado; e salário médio por hora trabalhada) e que, nesse sentido, a pandemia afetou diretamente dois deles: a ocupação, com a destruição de grande parcela de postos de trabalho; e a jornada, com a diminuição da média de horas trabalhadas. O efeito salário foi pouco relevante (Gráfico 7), haja vista as leves flutuações ao longo do intervalo considerado e a manutenção dos diferenciais entre brancos e negros.

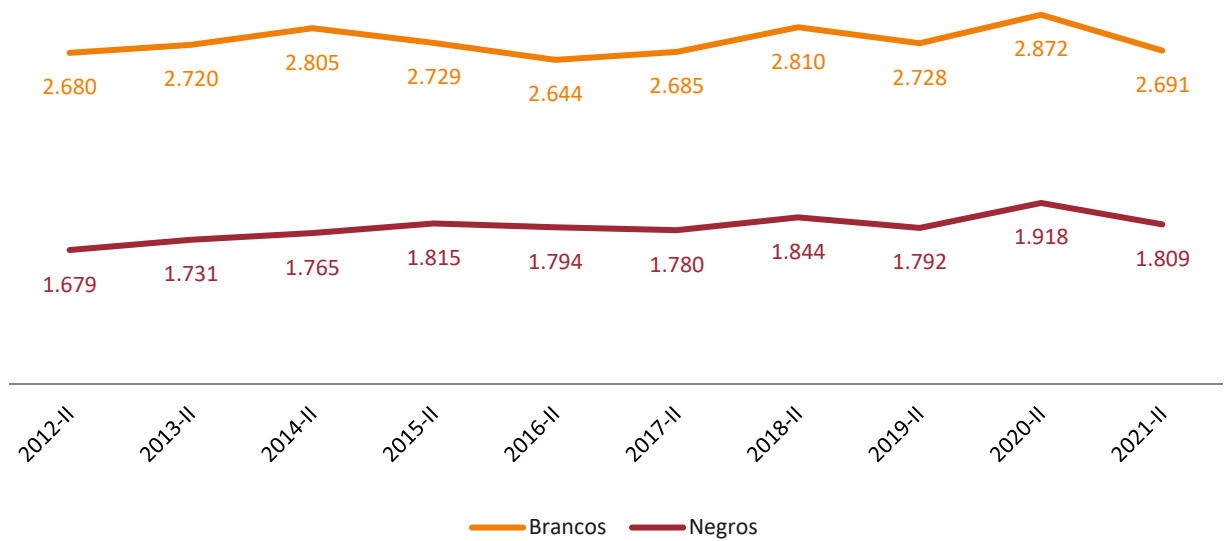
Gráfico 6: Evolução da massa salarial real de todos os trabalhos, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2014/2º trim. 2016, 2º trim. 2016/2º trim. 2019 e 2º trim. 2020/2º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Nota: valores deflacionados para o segundo trimestre de 2021.

Gráfico 7: Renda habitual média de todos os trabalhos, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)

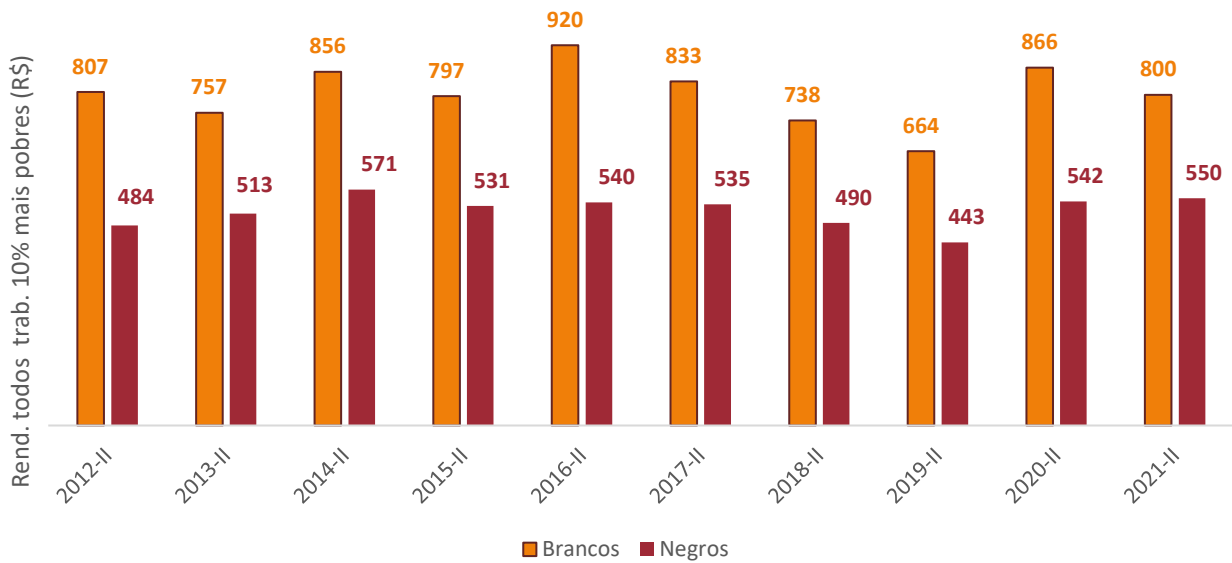


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Nota: valores deflacionados para o segundo trimestre de 2021.

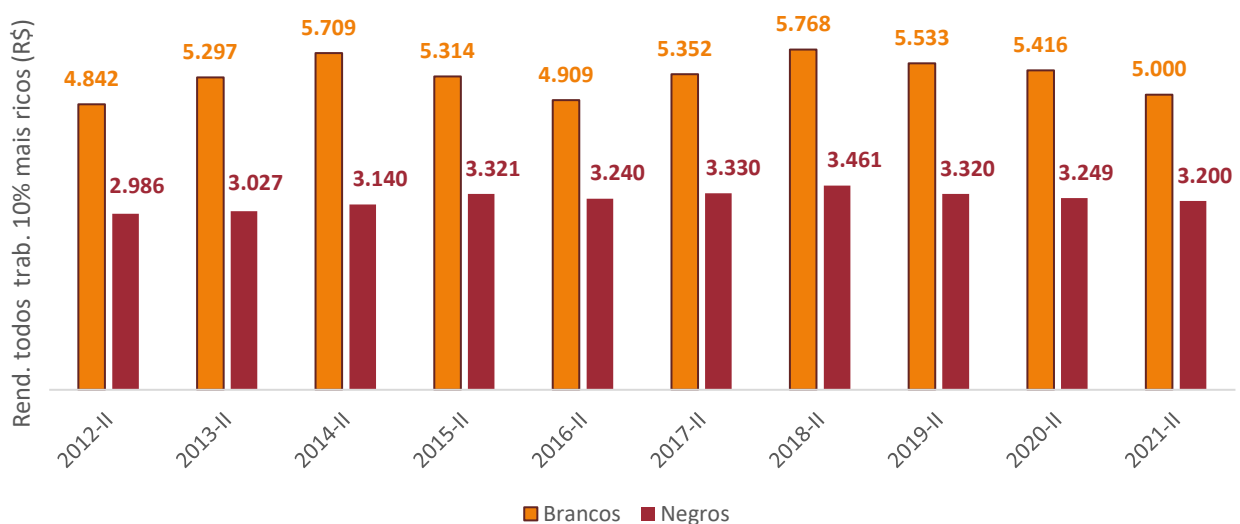
Complementando as análises, os gráficos 8 e 9 trazem os decis da renda dos brancos e negros entre 2012 e 2021. Os dados mostram que os 10% dos trabalhadores negros mais pobres (em torno de 533 mil pessoas) viviam com renda média de todos os trabalhos igual ou inferior a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês, em 2021, contra R\$800,00 (oitocentos reais) dos 10% brancos mais pobres (aproximadamente 422 mil); em outras palavras, a renda máxima do primeiro decil dos trabalhadores negros representava 70% da dos brancos. Já os 10% mais ricos entre os brancos tiveram rendimento maior ou igual à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao passo que os negros tiveram renda de R\$3.200,00 ou mais - diferença de 64%.

Gráfico 8: Primeiro decil da renda habitual média, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Gráfico 9: Último decil da renda habitual média, por raça/cor – Minas Gerais – 2º trim. 2012 a 2º trim. 2021 – (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD Contínua; Ministério da Economia - Novo CAGED. **Elaboração:** Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi); Secretaria Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte).

Conclusão

Todo mês de novembro é comemorado o dia da Consciência Negra no Brasil. A data foi instituída em homenagem a Zumbi dos Palmares, morto em 20 de novembro de 1695 como líder que lutou pela liberdade dos negros africanos no Brasil. A celebração da data de seu falecimento é uma forma de dar visibilidade à luta pelos direitos dos negros no país e chamar atenção para a manutenção das desigualdades raciais que perduram ainda na segunda década do século XXI.

A desigualdade racial no mercado de trabalho de Minas Gerais não tem mostrado sinais de arrefecimento nos últimos anos, apesar das conquistas realizadas no campo educacional, do sistema de proteção social, apreciação do salário mínimo, dos movimentos sociais e também no mercado de trabalho.

A aquiescência da importância do caráter estruturante do racismo no mercado laboral é fundamental para possibilitar a construção de caminhos para sua superação. É possível ver como o racismo opera no mercado de trabalho a partir da consideração da estabilidade das distâncias entre os grupos raciais, da manutenção dos negros em ocupações subalternas, precárias, com alto grau de informalidade, além das expressivas diferenças do patamar do desemprego.

O mercado de trabalho, em 2020, quando passou a sofrer forte contração em decorrência das medidas de enfrentamento da crise sanitária, ainda não havia se recuperado da retração econômica de 2014-2016. Há vários exemplos de que os ciclos recessivos e de baixa geração de oportunidades têm efeitos danosos nos ganhos passados, o que vale mais fortemente para as populações vulnerabilizadas. No período recente, não foi diferente. Houve saída expressiva de trabalhadores do mercado de trabalho, especialmente dos negros, uma vez que reduziram-se as oportunidades de inserção. Com isso, o desalento aumentou em ritmo acelerado e a força de trabalho potencial negra atingiu mais de $\frac{1}{4}$ da força de trabalho ampliada do estado. A subocupação por insuficiência de horas trabalhadas também atingiu seu maior patamar para os trabalhadores negros, desde o início da série histórica da PNAD Contínua.

O combate às desigualdades raciais no mercado de trabalho passa pelo reconhecimento da importância da inserção do racismo na agenda pública social e econômica para a construção de políticas adequadas de enfrentamento dessas assimetrias tão arraigadas que perpassam todas as esferas.

EXPEDIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Secretária de Desenvolvimento Social
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**SUBSECRETARIA DE TRABALHO
E EMPREGO**
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E FOMENTO AO
TRABALHO E À ECONOMIA SOLIDÁRIA**
Marcel Cardoso Ferreira de Souza

**DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE
OPORTUNIDADE DE TRABALHO**
Amanda Siqueira Carvalho

EQUIPE TÉCNICA
Amanda Siqueira Carvalho
Karen Michelle Antônia de Oliveira
Thiago Morais Moreira

ARTE GRÁFICA E DIAGRAMAÇÃO
Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles
Thiago Morais Moreira

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Presidência
Helger Marra Lopes
Vice-presidência
Monica Moreira Esteves Bernardi

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
Eleonora Cruz Santos

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS POPULACIONAIS
Denise Helena França Marques Maia

EQUIPE TÉCNICA
Denise Helena França Marques Maia
Glauber Flaviano Silveira
Nícia Raies Moreira de Souza
Plínio Campos de Souza